**PROJETO DE LEI N.º \_\_\_\_\_ DE 2024**

*Institui no âmbito do Estado do Maranhão o protocolo para atendimento e a obrigatoriedade de* divulgação de informações de pessoas não identificadas civilmente nas Unidades de Saúde pública e privadae no Serviço de Verificação de Óbito *e dá outras providências.*

A Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão decreta:

Art. 1º - Esta Lei estabelece o protocolo para atendimento de pessoas não identificadas civilmente e a obrigatoriedade de divulgação de informações que possibilitem a familiares e conhecidos sua localização.

Art. 2º - As Unidades de Saúde, públicas ou privadas, e o Serviço de Verificação de Óbito (SVO) deverão divulgar informações sobre Pessoas não Identificadas Civilmente que se encontrem em suas unidades emergenciais, conveniadas ou não pelo Sistema Único de Saúde-SUS.

§1º. Tal divulgação deverá ser feita nos seguintes canais:

I – No portal próprio da referida Unidade de Saúde;

II – No serviço Disque-Denúncia do Maranhão relativo ao Programa Desaparecidos[[1]](#footnote-1):

III - No Cadastro Nacional de Pessoas Desaparecidas.

§2º. Para divulgação e implementação desta Lei, deverão ser afixados cartazes com os contatos acima e especialmente nos setores de admissão de pacientes das Unidades de Saúde.

§3º. As informações deverão ser publicadas em 48 (quarenta e oito) horas após a internação de um paciente não identificado civilmente, na qual constará uma foto em papel ou digital, bem como informações do local e condições em que foi encontrado o paciente.

Art. 3º - Não poderá ser recusado atendimento hospitalar ou ambulatorial a pessoa pelo fato de não ser identificada civilmente.

Art. 4º - Para fins de preservação do direito à intimidade, em nenhuma hipótese será divulgado o estado de saúde do paciente, o procedimento ou os cuidados que foram ou serão realizados.

Parágrafo único. A divulgação da imagem será feita estritamente com finalidade de auxílio à localização de familiares ou responsáveis do internado.

Art. 5º - O Poder Executivo regulamentará a presente Lei no que couber, inclusive garantindo sua divulgação nos hospitais da rede pública e particular para implementação.

Art. 6º - Esta Lei entra em vigor após 45 dias da data de sua publicação.

Sala das Sessões, 22 de outubro de 2024.

PLENÁRIO DEPUTADO “NAGIB HAICKEL” DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO (PALÁCIO “MANUEL BECKMAN”).

**JUNIOR FRANÇA**

Deputado Estadual – PP

**JUSTIFICATIVA**

O objetivo deste Projeto de Lei é promover socialmente, através da integração entre governo, sociedade civil e iniciativa privada, um senso de solidariedade em relação àqueles que estão hospitalizados, possibilitando e ensejando sua recuperação nos seguintes aspectos:

1. Acesso a Cuidados de Saúde: Muitas pessoas que não estão identificadas civilmente podem ser vulneráveis, como sem-teto, migrantes sem documentos, ou pessoas em situação de extrema pobreza. A divulgação de informações pode facilitar o acesso delas aos cuidados de saúde necessários, garantindo que recebam tratamento médico adequado quando precisarem.
2. Proteção da Saúde Pública: Saber quem são essas pessoas e monitorar sua saúde é crucial para proteger a saúde pública. Isso é especialmente importante em situações de pandemia ou surtos de doenças contagiosas, onde a identificação e o rastreamento são essenciais para controlar a disseminação de doenças.
3. Direitos Humanos e Dignidade: Todos têm o direito fundamental à saúde e à dignidade. A divulgação de informações ajuda a garantir que essas pessoas não sejam negligenciadas ou discriminadas devido à sua condição de não estarem identificadas civilmente.
4. Planejamento e Gestão de Recursos: As informações sobre pessoas não identificadas ajudam na gestão de recursos de saúde, permitindo que as autoridades e organizações de saúde planejem adequadamente a alocação de recursos, como leitos hospitalares, medicamentos e profissionais de saúde.
5. Reunião Familiar e Redes de Suporte: Em muitos casos, a divulgação de informações pode facilitar a reunião de pessoas não identificadas com suas famílias ou redes de apoio, proporcionando um suporte emocional crucial e até mesmo ajudando na resolução de questões legais relacionadas à identidade.

Para garantir que a divulgação de informações seja feita de maneira ética e legal, é essencial que as unidades de saúde adotem políticas claras de proteção de dados e confidencialidade, assegurando que apenas informações relevantes e necessárias sejam compartilhadas para os propósitos adequados. O respeito aos direitos individuais, à privacidade e à segurança das informações pessoais deve sempre ser prioritário.

Diante do exposto, apresentamos o projeto de lei por entendermos ser de interesse social, contamos com o apoio dos nobres deputados para aprovação da matéria.

**JUNIOR FRANÇA**

Deputado Estadual – PP

1. . Através dos contatos integrados ao banco de dados da Secretaria de Segurança Pública/Centro Integrado de Operações de Segurança (CIOPS) no link <https://www.ssp.ma.gov.br/disque-denuncia/desaparecidos/>: [↑](#footnote-ref-1)